

Fazendas Goianas

Farms of Goiás

Fermes de Goiás

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
lenacastelo@uol.com.br

Nancy Helena Ribeiro de Araújo e Silva
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
nancyhelena.r@gmail.com

Resumo

Estuda-se a antiga fazenda de Goiás, do ponto de vista de sua história, ambiente natural, edificações, materiais e técnicas construtivas, partido arquitetônico da casa-sede, áreas anexas, equipamentos, mobiliário, usos, costumes e tradições. Dadas suas características peculiares de organização, produção, sociabilidade, criatividade e improvisação, constata-se que difere substancialmente daquelas situadas nas regiões próximas ao litoral. Conclui-se que a fazenda configura-se como matriz da cultura goiana.

Abstract

It is studied the old farm of *Goiás* from its historic, natural ambience, buildings, materials and constructive techniques, architecture of the main house, adjacent areas, equipments, furniture, usage, mores and traditional points of view. Given its peculiar organization characteristics, production, sociability, creativity and improvisation, it is noted that it differs substantially from those located near the seacoast. It is concluded that the farm configures the matrix of the *goiana* culture.

Résumé

L'étude verse sur l'antique ferme de Goiás, son histoire, son environnement, ses édificacions, matériels et techniques constructives, le parti architectural de la maison-principale, les sites proches, les équipements, le mobilier, les habitudes, les moeurs et les traditions. Par ses caractéristiques d'organisation, de production, de sociabilité, de créativité et d'improvisation, on peut dire qu'elle difère fort de celles qui sont situées dans les régions proches au litoral. On en conclut que la ferme est considérée la matrice de la culture goiana.

O estudo da História de Goiás e da cultura goiana tem privilegiado a temática urbana em detrimento da rural; o que talvez se explique pelo fato de que, nos anos iniciais da colonização, os arraiais surgidos junto às minas tinham feição urbana. Com o esgotamento do ouro, entretanto, deu-se a predominância do rural sobre o urbano.

Goiás entrou tardiamente na História. O ciclo agro-açucareiro atingira seu apogeu no Nordeste e ia avançada a exploração aurífera nas Gerais, quando teve lugar o achamento das minas de Goiás por Bartolomeu Bueno da Silva. Dificuldades e desafios antepuseram-se aos bandeirantes; o alferes Silva Braga (SILVA, 1982, p.16), relata que a expedição do segundo Anhanguera experimentou privações quando pervagava pelo Planalto Central, aonde veio a encontrar primitivas roças de milho dos índios quirixá. Estes, em sinal de hospitalidade, ofereceram jovens índias aos forasteiros – mas o Anhanguera as recusou, aceitando, porém, as espigas, tal a fome que os castigava...

Os arraiais de mineração são pouco mais do que acampamentos apressados (PALACIN, 1979, p. 25), com toscas habitações cobertas com folhas de palmeiras, formando arruamentos incertos. Para eles converge um intenso fluxo de migrantes, vindos de Portugal e da própria Colônia (ANTONIL, 1982, p. 167). Tais pessoas precisam alimentar-se, mas os braços são ocupados na extração do ouro - de onde os espectros da fome e da carestia que rondam os mineiros, a par de altos índices de morbidade e de mortalidade (Idem, p. 169).

É dura a rotina de trabalho nas minas, sendo absoluta a primazia dada à extração do ouro. Entretanto, além de datas minerais, os desbravadores pleiteiam a posse de terras, vista como fator de nobilitação e reserva de valor. O próprio Bartolomeu Bueno da Silva e seus sócios obtiveram a concessão de sesmarias, perfazendo áreas que somam cerca de 2 milhões de hectares (ARQUIVO, 1939-1940).

A partir de 1727, desbravadores e colonizadores começam a requerer sesmarias ao longo do caminho que vem de São Paulo para as minas dos Goyazes, na região de Santa Cruz, nas proximidades de Meia Ponte e no entorno de Vila Boa de Goiás (Idem).

O instituto da sesmaria fora revigorado no século XIV (LIMA, 2002, p.71), quando, durante grave crise de abastecimento em Portugal, o rei D. Fernando I, o Formoso, determinou que fossem devolvidas à Coroa as terras não cultivadas - ditas “terras devolutas” (PORTO, s/d, p.144). Redistribuídas na forma de sesmarias, estas teriam a área idealmente fixada como sendo aquela que fosse possível ao sesmeiro cultivar, com sua família e servos.

Na Colônia, as condições são muito diversas das de Portugal. Dada a abundância de terras – que parece infinita – são quase sempre “posseiros” os que requerem sesmarias nas proximidades das minas, onde a regra geral é, inicialmente, de propriedades de “meia légua em quadra”, (AGUIAR, 2003, p. 94), cerca de 225 alqueires goianos. A concessão é provisória; para sua confirmação, exige-se, dentre outras obrigações, a efetiva ocupação da terra, a produção de gêneros alimentícios, a demarcação da área e o pagamento do dízimo. Poucas sesmarias foram confirmadas em Goiás.

Não eram desprezíveis os obstáculos a enfrentar no amanho da terra: clima e solo são desconhecidos; proliferam animais peçonhentos, insetos e pragas; faltam sementes e matrizes; faz-se necessário adaptar ou inovar culturas e técnicas agrícolas. Ferramentas e instrumentos de trabalho vêm de longe; até o sal é difícil e caro.

Nos anos iniciais, predominam os estabelecimentos rurais mistos, voltados para a agricultura e a pecuária. A produção atende às necessidades próprias, sendo os poucos excedentes comercializados no mercado local do arraial ou corrutela próxima. Desconhece-se se teria havido feiras regionais; tem-se notícia, contudo, da crônica escassez de meio circulante. Na falta de moeda, era utilizado o ouro em pó (PALACIN, 1979, p. 151), quantificado em oitavas de ouro - a oitava parte da onça, ou seja, 3,586 gr. A maior das aflições que penalizam fazendeiros e sitiante é a cobrança dos dízimos, cujo pagamento não pode ser feito em produtos agropecuários, mas em moeda ou em ouro: os “dizimeiros” são o pavor dos “rosseiros” (Idem, p. 148)

A partir de 1770, começa a decair a produção aurífera; na década seguinte, a capitania torna-se deficitária, após o que se dá o refluxo de aventureiros e mineradores, que partem com seus escravos em busca de novos descobertos (Idem, p. 133). O número de habitantes da Capitania diminui em cerca de um quinto; aos poucos, desaparece a incipiente economia urbana, lastreada no ouro. Arraiais são abandonados e tornam-se ruínas; tem lugar a dispersão atomizada da população por fazendas e sítios de criar.

Viajantes e naturalistas referem a extrema pobreza das fazendas de Goiás e assinalam a regressão cultural de homens e mulheres, que tinham deixado de cobrir-se com roupas e esquecido a religião e até o uso do sal (SAINT- HILAIRE, 1937, p. 286).

Durante o século XIX, a terra tem pouco valor. Nos inventários processados no julgado de Pirenópolis – um dos mais ricos da capitania - os montantes são extremamente modestos (DOLLES, 1977). Quase nada valem “o casco da fazenda, suas matas e campos de criar...”; são bem cotados, porém, edificações, equipamentos, ferramentas e escravos (FUNES, 1982, p. 102).

Abolido o instituto da sesmaria, em 1822, é livre o apossamento de novas terras até a edição da Lei n. 601 de 18/08/1850 – a Lei de Terras. Nesse ínterim, intenso fluxo migratório, proveniente de Minas Gerais, dirige-se para o sul e sudoeste de Goiás (SALLES, 1981, p. 83); de igual modo, do Maranhão para o atual estado do Tocantins. São chefes de família - com suas mulheres, filhos e parentes - que buscam terras férteis e deslocam-se em carros de bois e animais de montaria. É um movimento ordeiro e contínuo, visando ao apossamento de terras ou à compra de posses antigas, levando à formação de novas fazendas.

Ainda no século XIX, constata-se o desenvolvimento da pecuária em extensas propriedades rurais; o gado transporta-se a si mesmo e, vindo do “sertão de dentro” – aquém do Rio São Francisco - adapta-se bem aos amplos espaços do nordeste goiano. A atividade requer poucos trabalhadores e privilegia a mão de obra livre.

As fazendas são autênticas autarcias e tudo produzem; nelas, a vida é austera, marcada pelo trabalho e pela frugalidade. Na década de 1920, quando a Coluna Prestes percorreu Goiás, seu historiador, o bacharel Lourenço Moreira Lima, mesmo menosprezando o homem do interior, assinalou que o goiano é “trabalhador e industrioso” e vive “em relativa abundância” (LIMA, 1979, p. 182).

No início do século XX, a estrada de ferro chega finalmente a Goiás, vinda do Triângulo Mineiro; segue-se outro grande fluxo migratório que resulta na dinamização da economia do sul e sudoeste do estado (CHAUL, 1997, p.124). Na década de 1930, imigrantes dirigem-se para Goiânia, a nova capital em construção; durante o Estado Novo, a Colônia Agrícola Nacional de Ceres leva à ocupação do mato grosso goiano.

Na década de 1960, com a inauguração de Brasília e a construção de estradas, rompe-se o secular isolamento de Goiás. No mesmo ano, dá-se a criação da Universidade Federal de Goiás; em 1963, é autorizado o curso de Agronomia e Veterinária, marco da modernização da agricultura e da pecuária na região.

O isolamento e as peculiaridades das fazendas de Goiás resultaram no desenvolvimento de formas peculiares e criativas de organização social e econômica, bem como de expressão cultural. A primeira abordagem histórica das fazendas de Goiás talvez seja o estudo que desenvolvemos sobre a Fazenda Babilônia – ex-Engenho de São Joaquim (COSTA, 1978). Essa propriedade resultou da aquisição de onze sesmarias, aproximadamente 11.900 alqueires goianos, pelo comendador Joaquim Alves de Oliveira, o homem mais rico da capitania: fazendeiro, comerciante, líder político, mecenas, foi o fundador do primeiro jornal do Centro-Oeste, *A Matutina Meiapontense*.

Há indícios de que no Engenho de São Joaquim tenha funcionado um criatório de escravos que alcançavam altos preços. A fazenda foi visitada por viajantes e naturalistas, que a referem em termos elogiosos. A casa sede data de 1800, sendo tombada desde 26/04/1965, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Livro do Tombo das Belas Artes, registro n. 480).

Há mais de vinte anos, em associação com a professora Dra. Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, que o idealizou e sugeriu, vimos desenvolvendo o projeto “Fazendas Goianas”, parcialmente financiado pelo CNPq e MinC/IPHAN. Direcionado para o conhecimento das fazendas do centro-sul de Goiás, o trabalho focaliza a inserção do homem no meio geográfico e na paisagem, bem como a arquitetura rural, os materiais e técnicas construtivas e o partido arquitetônico da casa-sede e edificações anexas; de igual modo, investiga-se a economia, os equipamentos, mobiliário, usos, costumes e tradições.

Entre 1988 e 1989, visitamos 26 fazendas, percorrendo 2.890 km. Na sequência, fomos a quatro outras, nos municípios de Silvânia, Bela Vista, Jaraguá e Sanclerlândia; e, posteriormente, a mais três, em Trindade. Os achados da investigação possibilitaram a construção de uma tipologia das propriedades rurais visitadas, a saber: fazendas do ciclo do ouro (século XVIII); fazendas da fase de transição (século XIX) e fazendas do início do processo de modernização em Goiás (século XX).

Sobre os resultados colhidos no desenvolvimento do projeto, foi apresentado Relatório ao CNPq (FREITAS & SILVA, 1989) e comunicação na XVI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, em São Paulo (SP) (idem, 1992). No decorrer da investigação, publicou-se artigo científico (idem, 1995) e reportagem na mídia agropecuária (idem, 1998), além do fornecimento de dados para o embasamento de estudos pós-graduados em Goiás e em São Paulo. O presente texto é uma síntese do trabalho desenvolvido e destina-se à revista *Ateliê Geográfico*, do IESA (Instituto de Estudos Sócio-Ambientais) da Universidade Federal de Goiás.

x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

A origem da fazenda goiana remonta às plantações de sobrevivência dos bandeirantes paulistas desbravadores dos sertões dos *Guayazes*. Com o esgotamento das minas auríferas, o primeiro chamariz econômico do goiano, a atividade laboral passa a assentar-se na lavoura e na pecuária. Nas denominadas *terras de plantar e criar*, além dos animais de terreiro, criava-se muares e gado curraleiro, ou pé-duro, raça bovina trazida da península ibérica

pelo colonizador português. De plantio, as lavouras de arroz, milho, feijão, algodão, cana de açúcar e mandioca. De permeio com esses mantimentos, cultivavam-se melancia, aboboreiras, pepineiras e outros víveres rasteirinhos.

As roças de lavoura eram formadas segundo o sistema de coivara, ou seja, derrubada da mata com machado, foice e fogo, e com plantio em covas, seguindo-se as capinas. Nas hortas de quintal colhiam-se legumes, verduras e plantas para chás caseiros. Nessas, ainda, podia-se encontrar a *conta de lágrima*, arbustinho donde se colhiam as contas para se fazer rosários. Nos quintais, uns pelos outros, eram plantadas árvores de fruta: manga, goiaba, mamão, jabuticaba, abacate, laranja, limão, lima, mixirica, caju e jenipapo. Para doces, plantavam-se figo, cidra, laranja da terra e marmelo, as mais comuns. Do cerrado, em épocas certas, tinha-se o caju do mato, mangaba, jatobá, gabirola, pitanga, pequi, guariroba, mamacadela, bacuri, e tantos mais.

A força de trabalho para a lida nas fazendas provinha do braço de familiares, de escravos (até a abolição), e de um ou outro agregado. O braço escravo na fazenda goiana não foi abundante em comparação com outras regiões brasileiras. A lavoura podia ser *tocada* sob meação, empreitada e mão de obra da família, nessa era uma tarefa dos homens. A mulher cuidava dos filhos e da lida da casa e arredores.

O trabalho do roceiro ritmava-se pelo compasso a tempo certo da época das chuvas e da seca. Na vastidão das invernadas, nos capões de mato e nas matas o homem da roça construía sua morada, as benfeitorias necessárias à lida da fazenda e pastos para a criação de animais. Em tempos mais antigos, não se usava o arame, os pastos eram divididos por valos, que eram rasgões abertos a enxada e alargados ou aprofundados pela ação das enxurradas.

Na época da colheita somavam-se a mão de obra masculina e feminina. Os mantimentos colhidos vinham da roça em carro de bois, eram postos ao sol para secar e abanados. Se arroz, usava-se o apá para o abano; se feijão, a peneira de taquara. Uma vez secos e abanados eram guardados em tulhas, lugar onde também se armazenava o açúcar. O feijão, antes de armazenado, era untado com banha de porco e, assim, durava o ano todo sem carunchos.

Às pessoas da família não se pagava nada; o trabalhador ajustado recebia pelos dias de serviço. Se agregado, receberia seu ganho ao final do mês, se meeiro, ficava com a metade da produção, medida em quartas ou alqueires, ou em sacas ou carros. Tudo conforme o combinado.

A produção de açúcar era cooperada por todos por ser serviço muito trabalhoso. Os engenhos de cana eram movidos à força hidráulica ou ao compasso do pisado do boi carreiro. A garapa extraída nas moendas do engenho, de madeira ou de ferro, era apurada em grandes tachas de cobre e o

melado, no ponto, repousava por uma noite ou pouco mais em tanque apropriado para, já açucarada, ser levada às imensas formas de madeira que, afuniladas com abertura, liberavam a parte líquida restante. Repousado nas formas, por tempo certo, secava-se o açúcar ao sol na carreta, que deslizava sobre armação de madeira. Nesse serviço, as crianças tomavam parte, vigiando e impedindo a ação de insetos ou de ciscos trazidos pelo vento. Algumas fazendas fabricavam pinga em alambiques e, em todas, faziam-se as saborosas *moças de engenho* e rapadura.

O boi, o cavalo e a água tinham importância fundamental no labor da fazenda goiana dos tempos idos. As distâncias mais longas eram vencidas ao passo da alimária. O boi carreiro prestava-se para a lida na roça, nas invernadas, no engenho de cana de açúcar e no transporte das toras de pau puxadas no carretão. Nas viagens longas o boi carreiro e o cavalo não tinham substituto. Intercambiavam-se a léguas de distância e dias de caminhada os produtos produzidos: mantimentos, toucinho, couro e madeira, essas na forma de tábuas, caibros e ripas serrados nos engenhos de serra movidos pela força d'água. Nas viagens ao povoado ou à cidade lá iam eles transportando pessoas e tralhas para a *quadra da festa* da Igreja. Tal ritual cederia vez ao transporte por caminhão, quase sempre fretado, isto a partir dos anos de 1940 para cá.

A casa sede das fazendas goianas do século XVIII tem características da arquitetura paulista. As construídas em data mais recente guardam o estilo da arquitetura de Minas Gerais. A influência mineira resulta do fato de a região sul goiana ter sido povoada por mineiros que, atravessando o rio Paranaíba, foram comprando terras, introduzindo novas práticas de criação de gado e erguendo casas conforme o usado em Minas Gerais. Em parte, esses migrantes vieram da Bagagem (atual Estrela do Sul), Desemboque, Araxá, Sacramento, Uberaba e da região de Patos de Minas.

A casa de morada e as benfeitorias assentavam-se num declive, facilitando a chegada da água canalizada em rego. Umas pelas outras, a casa-sede tem linhas retas, janelas largas e altas, portas, portais e assoalho de madeira. Na fachada, enfileiram-se várias janelas e, quase sempre, uma só porta de entrada. Tramelas e trancas são usadas nas portas e janelas, tanto naquelas que dão para o exterior (ou *para fora* como se dizia) como naquelas de dentro da casa. Fechaduras, em menor número do que aquelas, são fixadas nas portas.

Na altura, o pé direito pode atingir até 3 metros. Na cobertura, telhas de barro cobrem a cumeeira e todo o madeiramento, trabalho executado por carapina. As telhas eram moldadas a mão, na medida da coxa, no estilo telha colonial, como o chamado hoje em dia. A capa e bica da telha colonial antiga

mede aproximadamente 55cm e, em muitas delas, encontram-se dizeres com nomes de pessoas e datas, escritos com a ponta dos dedos.

A casa goiana típica não tem alpendrados ao seu redor. Na entrada, ou em volta da casa, vicejam as “plantas de jardim”: roseiras, trepadeiras, verbenas, açucenas, violetas, dalias e outras espécies. No jardim, na horta ou no terreiro nunca faltam os pés de guiné, que espantam o mau olhado e outras ruindades.

Sobre o partido arquitetônico, de regra, a porta da entrada principal dá acesso à sala. Ao lado desta, geralmente, encontra-se um cômodo chamado de *quarto da sala* destinado a algum transeunte. Uma porta, entre a sala e o restante dos cômodos, uma vez fechada, isola o quarto da sala dos aposentos da família. Além da sala, a fazenda goiana tem um cômodo maior, a varanda que, de costume, é ornada com uma mesa comprida, grande. Ao redor da varanda, ficam os quartos de dormir. Em algumas delas, um corredor dá acesso à cozinha, à despensa e ao terreiro. A despensa é destinada para os mantimentos de uso diário, como farinha de mandioca e de milho, arroz limpo, feijão, biscoitos, doces e vasilhas de cozinha. Em quase todas as casas, uma escada, com poucos degraus, leva ao terreiro.

Na fazenda goiana antiga, os alicerces são de pedra tapiocanga, ou de pedra sabão, ou do tipo pedra de laje. A casa, às vezes, tem porão, às vezes, não. O porão comumente era assim chamado: “lá debaixo do soalho”. Podia ser aberto como fechado. No caso de ser aberto, poderia servir para ninho de galinhas poedeiras ou para guardar lenha para a fomalha. O fogão a lenha é equipado com chapa de ferro de várias bocas, maiores e menores, um forno de folha de metal feito sob medida e uma chaminé. Algumas fazendas ainda têm forno de barro, na parte exterior.

As paredes, no mais das vezes, são erguidas com adobes fabricados com terra dos arredores, misturada com estrume de gado para dar ligadura. As paredes de pau-a-pique, de uso mais antigo, são uma técnica construtiva na qual se usa madeira roliça, fina, ou bambu, amarrada com cipó, tudo revestido com terra. Se construída com tijolos, esses são feitos com terra boa, queimados, de tamanho grande, bem fortes. De pintura, originalmente, eram caiadas com cal virgem que se deixava de molho n’água durante longo tempo.

No soalho, de tábuas largas, variando de 20cm a 40cm de largura com 2,5cm de espessura, as madeiras preferidas são o jatobá, a peroba rosa e o ipê roxo. Quando forrada, preferencialmente, são usados o cedro ou o tamboril, madeiras mais leves.

Além da casa-sede, as benfeitorias incluem os terreiros, a bica d’água, a casa do monjolo, os locais de criação dos animais de porta, o paiol para a

guarda do milho com palha e abrigo do carro de bois e do carretão, cangas, canzis e arrochos. Em algum lugar, fica o cômodo para a guarda dos arreios, silhões, cangalhas e outros apetrechos de montaria. Os currais são construídos com madeiras roliças, tipo pororoca, ou com madeira lavrada e assentada horizontalmente. Currais bem antigos são feitos com lascas de aroeira fincadas no chão.

Importância à parte é representada pelo rego d'água, que tinha múltiplas finalidades, servindo para o homem e para os animais. Ele tem começo numa nascente ou córrego, corre a chão aberto até cair na bica que chega à porta da cozinha. Primeiramente, a água do rego serve para os usos domésticos: num pequeno desvio libera água para aguar a horta, depois pode mover a roda d'água do equipamento para o fabrico de farinha de mandioca, mais um pouco toca o eixo que aciona o moinho de fubá, mais além é força motriz do engenho de cana, e, ainda, do engenho de serra. É com essa força hidráulica que foram instaladas as primeiras usinas de luz elétrica na fazenda goiana.

Das conclusões, as pesquisadoras assinalam que a *Fazenda Goiana* marcou a presença da civilização ocidental na região centro-oeste, contribuindo para a integridade futura do país, bem como a unidade da língua portuguesa e a dimensão continental do território brasileiro. A antiga fazenda de Goiás difere daquelas que se localizam nas regiões próximas ao litoral, pois tem características próprias de organização e de produção. Nas fazendas goianas formadas no final do século XIX e primeira metade do século XX, empregou-se preferencialmente mão de obra familiar ou “ajustada” com trabalhadores livres. Nelas, constatam-se exemplos de sociabilidade, criatividade e improvisação, inexistindo luxos e requintes copiados de modelos europeus. Por suas características e história, a fazenda goiana deve ser estudada e conhecida como matriz da cultura goiana.

Referências

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. *Terras de Goiás: estrutura fundiária (1850-1920)*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Sesmarias*. Documentos do Arquivo do Estado de São Paulo v. II-bis e III-bis. São Paulo: Typographia do Globo, 1939/1940.

BITTENCOURT, Evandro. Fazendas antigas. Fazendo História. Fazendas em foco. Suplemento do Campo, a. VI, n. 300. Encarte de *O Popular*. Goiânia, 10 de novembro de 1993, p. 1, 8 e 9.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e coronel: dois estudos de História Social*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1978.

DOLLES, Dalísia E. M.. Fontes primárias relativas à escravidão em Pirenópolis. *Anais do IX Simpósio de Professores Universitários de História*. Florianópolis, 1977.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de; SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. *Fazendas antigas de Goiás*. Goiânia, 1986. Brasília. Mimeo. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq e MinC/IPHAN.

_____. *Relatório*. Projeto: Fazendas Goianas. Goiânia, set. 1989. 126p. Mimeo. Apresentado ao CNPq e MinC/IPHAN.

_____. Fazendas goianas. *Anais da XIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, São Paulo*, p. 247-253, 1991.

_____. Fazendas goianas. Pirenópolis, II Encontro de História do Planalto promovido pela Academia de Letras e Artes do Planalto, 1992. Comunicação.

_____. Antigas fazendas do Planalto Central. *DF-Letras*, ano 1, n. 4, Brasília, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Suplemento Cultural, ano 1, n.4, P. 23-27, 1993.

_____. Antigas fazendas de Goiás. *O Popular*. Suplemento do Campo, a. VI, n. 300. Goiânia, 10 de novembro de 1993, p. 8-9.

_____. Antigas fazendas do Planalto Central. *Ciências Humanas em Revista*, Goiânia, v. 6 n. 2, julho/dezembro, 1995, p. 113-130.

FUNES, Eurípedes A. *Goiás, 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Ed. UFG. 1982. Coleção Teses Universitárias, n. 40.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes. Marchas e contramarchas*. 3ª. ed. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979.

PALACÍN, Luiz. *O século do ouro em Goiás*. 2ª. ed. Goiânia/Brasília: Ed. Oriente/INL – MEC. 1979.

PORTO, Costa. *O sistema sesmarial do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, [s.d.].

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e à província de Goiás*. t. 1. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937. Coleção Brasileira n. 68.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. O Povoamento de Goiás. *Revista do ICHL*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 79-114, 1981.

SILVA, Henrique. A Bandeira do Anhanguera a Goyaz em 1722 (Reconstituição dos roteiros de José Peixoto da Silva Braga e Urbano do Couto). *Memórias goianas* (I), Goiânia, Universidade Católica de Goiás, Centro de Cultura Goiana/Centauro Gráfica e Editora, 1982.

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Possui bacharelado e licenciatura em Geografia e História pela PUC-Goiás, doutorado em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo e aperfeiçoamento em Curso Superior de Guerra pela Escola Superior de Guerra.

E-mail: lenacastelo@uol.com.br

Nancy Helena Ribeiro de Araújo e Silva

Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Presidente, Sócio Efetiva e fundadora da Academia Belavistense de Letras, Artes e Ciências. Possui bacharelado em Direito, bacharelado e licenciatura em Pedagogia e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo.

Rua 82, nº 455 - Setor Sul. Goiânia – Goiás - Brasil

E-mail: nancyhelena.r@gmail.com

Recebido para publicação em maio de 2013
Aprovado para publicação em junho de 2013